

Justiça em

Edição 75
Ano XIV - fevereiro - 2020



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

TODOS JUNTOS

**A inovação chega ao
ambiente de trabalho**

NESTA EDIÇÃO

**Memória Institucional
Comunicação e Transparência
Polo Regional V
Usinas Fotovoltaicas
Gastronomia Molecular
Cultura e Eventos**

UM CICLO DESAFIADOR

Com a aproximação do fim da gestão, impõe-se um balanço e não há como discurrir sobre este ciclo sem iniciar pelo aperto orçamentário.

Iniciamos e terminamos a gestão com o olhar em 2020. A Emenda Constitucional nº 95 impôs severas restrições orçamentárias aos órgãos públicos. Lutamos por créditos adicionais que assegurassem a manutenção dos serviços e algum nível de investimento. Sabíamos que em 2020 haveria redução de 25% no custeio. Por isso, foi necessário antecipar cortes e reduzir despesas.

Focamos em contratos de aluguel e nos de duração continuada, especialmente os de vigilância e energia. Priorizamos o de estágio, consoante orientação do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora - CONGIP.

Com R\$ 32 milhões gastos em aluguel, estabelecemos prioridades:

- 1) reforma do prédio de Barueri;
- 2) entrega do antigo prédio da Turma Recursal;
- 3) aquisição de novas sedes (Mauá e Santo André);
- 4) renegociação das locações;
- 5) avaliação de alternativas (permutas, *built to suit* etc);
- 6) fusão de prédios (Campinas).

Essas ações permitiram reduzir a despesa de aluguel para R\$ 24 milhões.

Gastávamos R\$ 8 milhões anuais com energia, o que ensejou a impopular medida de restrição de horário. Investimos em cinco usinas fotovoltaicas, uma já instalada em Barueri. Trocamos 100% das lâmpadas por LED. Temos feito gestões para redução do expediente. Nosso gasto foi reduzido em 10%.

Na segurança, incrementamos o monitoramento à distância e reduzimos os terceirizados. Revisamos procedimentos, investimos em capacitação e na manutenção e aquisição de equipamentos. O gasto foi reduzido em R\$ 4,3 milhões, com aumento da qualidade.

Com essas e outras ações, nossas contas foram ajustadas. Os anos que virão, porém, serão muito críticos. Teremos que economizar onde for possível para investir o necessário. Este é um desafio de todos.

Mas não ficamos nos cortes. Ao lado do ajuste, apostamos na inovação e no incremento da gestão estratégica.

A 3ª Região virou polo de irradiação de inovação no Poder Judiciário. Tivemos a felicidade de receber no iJusLab o presidente do STF, o corregedor nacional, presidentes de tribunais, juízes, servidores, delegações de outros poderes, da Academia, inclusive do exterior.

Irradiamos a cultura da inovação no interior da gestão com a criação de estrutura organizacional, instalações adequadas e desenvolvimento de habilidades que dessem suporte à transformação dos nossos serviços.

No âmbito gerencial, merece destaque a organização e a disponibilização de relatórios com dados sobre a Seção Judiciária, mais de vinte publicados na intranet, contendo mais de setenta painéis de visualização de dados, trabalho de equipe multidisciplinar (Gestão de Dados), capacitada para preparar relatórios de business intelligence (BI).

Inauguramos, recentemente, o Espaço de Gestão e Inovação, no qual foi instalada a UCIN - Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação (área de responsabilidade social e sustentabilidade, biblioteca, Escola de Servidores, comunicação social, e incubadora de soluções tecnológicas), com proposta de trabalho interdisciplinar e colaborativo. No local, funcionará também o Centro Local de Inteligência – Clisp e a Justiça Restaurativa. Dentro de uma perspectiva de inovação aberta, projetos podem ser desenvolvidos em parceria com atores externos, especialmente oriundos da Academia.

Recentemente, foi implantado o piloto do Programa e-Vara na Subseção Judiciária de Santos, uma criação coletiva da SJSP, idealizado no iJusLab e aperfeiçoado por diversas mãos e olhares. É possível e necessário aperfeiçoar nossa estrutura organizacio-

nal, com o emprego de novas tecnologias e com modernas técnicas de gestão.

Estamos avançando em parcerias com professores da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP (FFLCH) para o tratamento do nosso acervo histórico. Criamos um Laboratório de Filologia – o FILOJUS, no qual estagiários poderão aprender e contribuir no tratamento desses processos. Estamos gravando vídeos institucionais com narrativas orais da história da Justiça Federal.

Podemos citar outras iniciativas, como o esforço de virtualização do acervo físico (projeto TRF3 100% PJe), com a digitalização de mais de 200 mil processos, através de recursos provenientes do CNJ, a recente criação do Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada da 3ª Região, em parceria com o TRF3, e tantas outras ações.

Muito há que ser feito, mas estamos felizes por contribuir para contornar as limitações orçamentárias e lançar sementes de relevantes projetos.

O estabelecimento de uma cultura proativa para solução de problemas, o investimento na gestão estratégica (planejamento estratégico situacional, orçamento programa participativo e gestão por processos de trabalho), na gestão de dados e na gestão da inovação trouxe e trará grandes resultados para a Seção Judiciária.

Passamos o bastão, com a sensação de termos cumprido a missão. Na nossa alma, a certeza que tudo foi feito com estratégia, convicção e de coração.

A todos, nosso AGRADECIMENTO pela colaboração e compreensão!

Às nossas equipes, nossa eterna GRATIDÃO pelo engajamento e empenho!

À nova gestão, nossos votos de SUCESSO!

**Luciana Ortiz Zanoni
Caio Moysés de Lima
Décio Gabriel Gimenez**



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)

Décio Gabriel Gimenez
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação
Gisele Molinari Fessore (diretora)

Núcleo de Comunicação Social
Hélio Martins Júnior (diretor)

Seção de Multimídia e Audiovisual
Javã de Carvalho (supervisor)
Edson Nagase
Mariana Galluzzi de Sá

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Sergio Ricardo Quaranta
Lídia Oliveira Esteves (estagiária)

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

PRESERVAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região e as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, juntamente com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) firmaram acordo de cooperação que objetiva a organização e análise científica de seu acervo arquivístico de guarda permanente, além da criação do Laboratório de Pesquisa Filológica (FILOJUS) e de centros de documentação e memória.

A cerimônia que formalizou o acordo aconteceu no dia 14/1 na sede do TRF3. “Vivemos hoje tempos de rápidas transformações e muitas inovações. É importantíssima a preservação adequada desse acervo através do qual se conhece um pouco da história de São Paulo e do país, presentes nesses processos”, destacou a presidente do Tribunal, Therezinha Cazerta.

Caberá aos professores da USP a contribuição técnica e científica para o trabalho de organização e análise do acervo, a participação na coordenação do Laboratório de Pesquisa Filológica, a ajuda na implementação dos centros de documentação e memória e o oferecimento de cursos, palestras e treinamentos. “Trata-se de uma oportunidade única para a universidade retribuir à sociedade os seus conhecimentos acumulados. Será maravilhoso para nós, como fonte de pesquisa, ter acesso a um acervo tão rico”, enfatizou o reitor da USP, Vahan Agopyan.

O trabalho no âmbito da SJSP

O acervo de guarda permanente da Seção Judiciária de São Paulo é composto por mais de 250 mil autos judiciais pertencentes ao período de 1821 até 1973. Atualmente eles estão sob a responsabilidade da Seção de Tratamento Técnico do Acervo de Guarda Permanente subordinada ao Núcleo de Gestão Documental (NUGE).



Autoridades presentes na assinatura do acordo (Foto: ACOM/TRF3)

Os documentos antigos necessitam de cuidados específicos para a guarda, conservação e manipulação e não devem ficar expostos em qualquer ambiente. “Trata-se de um tesouro documental que merece tratamento especial. O processo mais antigo encontrado, por exemplo, é uma execução cível originária da Real Fazenda de São Paulo, datada de 1821”, explica a diretora do NUGE, Carmen Lúcia da Silva. O objetivo é minimizar os efeitos da degradação imposta pelo tempo, pelos agentes ambientais e pelo manuseio inadequado, além de garantir a integridade física dos documentos.

O trabalho de organização do acervo será implantado em duas fases através da adoção do critério de corte cronológico. A primeira consistirá no tratamento arquivístico de cerca de 800 processos judiciais pertencentes ao século XIX. A segunda tratará dos processos do início do século XX até o ano de 1937 (cerca de 20 mil processos).

Outro objetivo contemplado pelo acordo de cooperação é a criação do Centro de Memória da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, que permitirá disponibilizar o acervo para consulta por meio da internet, ou fisicamente, quando possível. “A ideia é disponibilizar

esse acervo digitalizado também à população de outras localidades, através das subseções do interior”, explica a juíza diretora do Foro, Luciana Ortiz.

Atualmente, os processos do acervo estão passando pela fase da higienização mecânica (limpeza feita com pincéis, trinchas, flanelas) para retirada de metais (grampos e “bailarinas”), de poeira e de outros resíduos. A próxima etapa será a de catalogação, feita com a utilização do software AtoM (Access To Memory) para descrição de acervos arquivísticos.

O plano de trabalho que compõe o acordo prevê a participação de estudantes do curso de Letras que foram capacitados para atuar na organização do acervo, sob a coordenação dos professores da USP. Estão previstas também a realização de ações educativas e de cidadania, como visitas guiadas, palestras e oficinas para escolas, pesquisadores acadêmicos e público em geral interessado na conservação preventiva de acervos. ■

ACONTECEU – DEZEMBRO/JANEIRO



VISITA - No dia 2/12, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, visitou o iJuspLab. A visita também marcou o lançamento do Laboratório de Inovação do TRF3. 



ENCONTRO – Aconteceu nos dias 2 e 3/12, no auditório da Emag, o encontro anual de contadores das Subseções Judiciárias de São Paulo. 



TREINAMENTO - A fim de implantar a Central de Processamento Eletrônico no Fórum de Santos, um grupo de servidores participou, nos dias 3 e 5/12, de um treinamento sobre a plataforma Bizagi.



MEMÓRIA – Aconteceu, no dia 14/1, a assinatura do acordo de cooperação com a USP para organização e análise científica do acervo arquivístico de guarda permanente da Justiça Federal da 3ª Região. 



CAPACITAÇÃO – De 2 a 6/12 foi realizado no iJuspLab o treinamento de servidores que atuarão no Laboratório de Inovação do TRF3, ministrado pela diretora da UCIN, Gisele Fessore.



IJUSPLAB – Nos meses de dezembro e janeiro o iJuspLab recebeu a visita de um professor da universidade de Stanford, de representantes do TJMA, MPF, TRT2, CRASP e de alunos da UFRN.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



CURSO - De 11 a 13/12, aconteceu um curso sobre softwares utilizados em catalogação de documentos eletrônicos, voltados para o projeto de memória institucional.



GUARULHOS – No dia 12/12 aconteceu a solenidade de comemoração dos 20 anos de instalação da Justiça Federal em Guarulhos, realizada no auditório do Centro Universitário FIG-Unimesp.



FIM DE ANO – As festas de confraternização reuniram juízes, servidores e prestadores de serviço em diversas subseções para celebrar o encerramento de 2019.



CEPEMA – A Cepema promoveu em 13/12 a entrega de recursos para entidades com finalidade social que tiveram seus projetos selecionados para o recebimento dos valores. 📺



SEGURANÇA – Entre os dias 20 e 27/12, 96 agentes receberam treinamento sobre o funcionamento do Dispositivo Elétrico Incapacitante (arma de choque não letal) para reforço na segurança dos fóruns.



NOVOS DIRIGENTES – No dia 4/12, o desembargador federal Mairan Maia foi eleito presidente do TRF3 para o biênio 2020-2022. As desembargadoras Marisa Santos e Consuelo Yoshida exercerão os cargos de corregedora-regional e vice-presidente, respectivamente.



AQUISIÇÃO - No dia 20/12 foi realizada uma reunião com a SPU para a assinatura do contrato de compra e venda do prédio onde está instalado o Fórum de Santo André.



INAUGURAÇÃO – No dia 31/1 foi realizada a inauguração do Espaço de Inovação e Inteligência da JFSP, localizado no 11º andar do Fórum Pedro Lessa.

A INOVAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO PAULO

Os últimos dois anos foram marcados por desafios e pelo trabalho dedicado de juízes, servidores e colaboradores que trouxe como resultado uma série de melhorias e avanços na Seção Judiciária de São Paulo (SJSP). A continuidade dos projetos iniciados na gestão anterior e a disseminação da cultura da inovação foram fundamentais para o alcance dos objetivos e para o fortalecimento do Programa de Gestão e Inovação da JFSP (iNovaJusp).

O Laboratório de Inovação (iJus-pLab) consolidou-se como um espaço gerador de conhecimento e trabalho colaborativo, tornando-se referência nacional na administração pública. Por meio de metodologias inovadoras, foi possível encontrar a solução de problemas complexos e desenvolver projetos importantes com foco no usuário. Outro diferencial foi o fato de que o Laboratório passou a incorporar atividades ligadas à inovação tecnológica e à gestão de dados.

Em relação aos desafios, a grave crise orçamentária no último biênio exigiu esforços adicionais de todos para a continuidade da prestação jurisdicional, provocando mudanças na cultura de contratação, economia de gastos e melhoria da gestão orçamentária, com destaque para o Planejamento Estratégico Situacional, a Gestão por Processos de Trabalho e o Orçamento-Programa Participativo.

Esta matéria apresenta um resumo das principais realizações na Seção Judiciária nos últimos dois anos.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS

Com o apoio institucional e financeiro do CNJ, o TRF3 e a SJSP iniciaram em 2018 uma grande ação para digitalizar cerca de 21 milhões de páginas

de processos cíveis e previdenciários e a inserção desses arquivos no PJe. Já em março de 2019 foi lançado no TRF3 o projeto “PJe Criminal”, expandindo o Processo Judicial Eletrônico às ações de natureza criminal em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em julho, uma nova etapa da virtualização na SJSP abrangeu, além das ações cíveis e previdenciárias, uma parcela das execuções fiscais, com o objetivo de digitalizar 80 mil processos que representam 24 milhões de páginas. No TRF3, a meta foi incluir cerca de 90 mil processos no PJe, somando 160 mil volumes e um total de 36 milhões de imagens. O projeto “TRF3 100% PJe” também criou condições para implementação do Programa e-Vara



PROGRAMA E-VARA

Idealizado no iJus-pLab no final de 2017, o Programa e-Vara foi instituído pela presidência do TRF3 em outubro de 2019, após ter sido revisado e amplamente debatido na Seção Judiciária de São Paulo em reuniões presenciais e por videoconferência. A partir de então,



a Diretoria do Foro concentrou esforços na implementação do projeto-piloto na Subseção de Santos. A inauguração da Central de Processamento Eletrônico de Santos ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2020.

MODERNIZAÇÃO DO TRABALHO

Em março de 2018, foi criada uma Comissão de Modernização com o objetivo de aperfeiçoar as ferramentas de trabalho da Administração e profissionalizar o modo de tratamento dos dados na instituição. Como fruto do trabalho da Comissão, foram criadas a Incubadora de Soluções Tecnológicas e a Equipe de Gestão de Dados, ambas vinculadas ao iJus-pLab, e que foram responsáveis pela criação de diversas ferramentas, sistemas e projetos, alguns deles inclusive premiados.



RELATÓRIOS GERENCIAIS

A equipe de Gestão de Dados iniciou um projeto para reunir informações, antes armazenadas de forma fragmentada, para um banco de dados único. A ideia foi tornar essas informações disponíveis, em tempo real, aos gestores para terem uma visão geral da Administração e das Subseções Judiciárias, auxiliando na tomada de decisões estratégicas. Hoje é possível ter acesso a uma série de relatórios na intranet, com informações sobre o consumo de água e

energia elétrica dos fóruns, controle de contratações, digitalização de processos, perfil dos servidores etc.

CLISP

Em julho de 2018 foi instituído o Centro Local de Inteligência da Justiça Federal de São Paulo. O objetivo do Clisp é prevenir e monitorar demandas, propondo mudanças de procedimentos com foco na prevenção para que as pessoas consigam o serviço necessário, sem ter que recorrer ao Judiciário.



PROJETOS NO IJUSPLAB

No último biênio diversos projetos, oficinas, cursos e eventos foram promovidos no Laboratório utilizando as metodologias colaborativas e a cocriação. Entre eles, destacam-se:

- LIODS – O iJusLab sediou os encontros sobre a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da agenda 2030 da ONU, no planejamento estratégico do Poder Judiciário. Os temas “execução fiscal” e “medicamentos” foram discutidos durante os encontros que integram o movimento LIODS - Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Conselho Nacional de Justiça.
- MOI - No segundo semestre de 2018 teve início o Mapeamento de Oportunidades de Inovação (MOI). O projeto buscou identificar necessidades e desafios em diversas áreas na SJSP que pudessem ser trabalhados no Laboratório a fim de desenvolver soluções criativas. Quatro

desses desafios passaram a ser trabalhados no Laboratório, com posterior criação de protótipos.



- CONTADORIAS - Em maio de 2019 aconteceu uma oficina de Design Thinking a fim de buscar soluções para o acúmulo de processos nas contadorias judiciais. Duas equipes multidisciplinares, formadas por juízes, contadores e servidores, desenvolveram os primeiros protótipos das soluções encontradas.

UCIN

A Diretoria do Foro criou a Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação – UCIN. A proposta da área é formar equipes multidisciplinares e fomentar a troca de conhecimento, auxiliando na busca por soluções que propiciem um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais para o alcance de resultados no serviço público. A área também tem como foco principal disseminar a cultura da inovação entre todos os magistrados e servidores.



FESTIVAL JUST PITCH

Em comemoração aos dois anos de criação do iJusLab, foi realizado em setembro de 2019 o primeiro Festival de Inovação Aberta da JFSP, que aconteceu

na sede da FIESP e contou com apresentações de projetos de startups para aprimorar a prestação dos serviços. No encerramento do evento, foi lançado o livro “Inovação no Judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro Laboratório de Inovação do Poder Judiciário”.



REPRESENTATIVIDADE FEMININA

Igualdade de gênero, assédio, papel da mulher no Judiciário e a representatividade feminina foram temas de diversos eventos e debates. Destacam-se a exibição do filme “Chega de Fiu Fiu”, a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no TRF3, o projeto “Descobrimos a Magistratura Federal” desenvolvido no iJusLab, workshop sobre importunação sexual, entre outros.



SEEU

Em uma parceria bem-sucedida com o CNJ e o TRF3, foi totalmente implantado na Seção Judiciária de São Paulo o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo o território nacional. A Justiça Federal da 3ª Região tornou-se a primeira das cinco regiões do país a alcançar 100% de implantação do sistema.

SUSTENTABILIDADE

Mantendo o seu compromisso com a sustentabilidade, a JFSP assinou o Termo de Adesão ao programa de responsabilidade ambiental A3P “Agenda Ambiental na Administração Pública”, do Ministério do Meio Ambiente. O programa consiste na principal iniciativa do Governo Federal para inserção dos princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades do poder público. O Termo de Adesão vigora pelo prazo de cinco anos, a partir da data da assinatura.

Outro destaque foi a criação da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (SUSR) que, dentre outras ações, promoveu cursos, oficinas e atividades sobre práticas sustentáveis e campanhas de incentivo à reciclagem e redução do descarte de plástico.

SEGURANÇA

Nos últimos dois anos, diversos investimentos foram feitos na área de segurança, como a capacitação dos agentes, aquisição de scanners de bagagem, detectores de metais e dispositivos elétricos incapacitantes (arma de choque não letal). Além disso, a Diretoria do Foro publicou o Comunicado nº 11/2019, que estabeleceu procedimentos adicionais de segurança a serem observados em todas as unidades da Seção Judiciária de São Paulo.

AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS

A fim de diminuir os gastos com aluguéis e reduzir o impacto no orçamento, a Justiça Federal concluiu os processos de compra do novo prédio em Mauá, bem como do imóvel que abriga o Fórum de Santo André. A economia anual de aluguel com as duas aquisições pode chegar a quase R\$ 2,5 milhões. No caso de Santo André, a compra foi realizada por meio da destinação de crédito especial, autorizado pelo Congresso,

para a Justiça Federal. A aprovação teve grande empenho de representantes da AJUFE e da Diretoria do Foro junto aos parlamentares.



AÇÕES PARA REDUZIR DESPESAS

Além das aquisições de imóveis, a Administração trabalhou com a unificação dos prédios em Campinas (economia anual em torno de R\$ 2,6 milhões), renegociação de contratos de aluguel e pedidos de permutas de bens privados por terrenos da União. Também foram adotadas medidas para promoção de economia de recursos nas áreas de transporte, impressão, correios, serviço terceirizado, água e energia elétrica, com destaque para a redução de horário do funcionamento dos Fóruns, troca das lâmpadas dos prédios por lâmpadas LED e a construção de usinas fotovoltaicas (leia a matéria completa na página 12).

PROGRAMA DE ESTÁGIO

Com a melhoria da gestão orçamentária e mudança na cultura da contratação, foi possível retornar com o programa de estágio na Seção Judiciária de São Paulo. De acordo com o último balanço, houve a contratação de 829 candidatos para todo o Estado, envolvendo estudantes de nível superior e médio.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

A JFSP promoveu diversas ações de incentivo à Justiça Restaurativa. Foram realizados cursos para apresentação do tema e a capacitação de magistrados, servidores e facilitadores sobre o assunto. A

prática tem se expandido pelo Judiciário brasileiro e segue as diretrizes da Resolução nº 225/2016 do CNJ. No final de 2019, a Diretoria do Foro assinou a portaria que instituiu o Centro de Justiça Restaurativa da Seção Judiciária de São Paulo, estabelecendo parâmetros para a implementação e difusão da prática.



MEMÓRIA

Aconteceu em janeiro deste ano a cerimônia que formalizou o acordo entre o TRF3 e as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O acordo busca promover a organização e análise científica do acervo arquivístico de guarda permanente da 3ª Região, além da criação do Laboratório de Pesquisa Filológica (FILOJUS) e do Centro de Memória da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (leia a matéria completa na página 3).

Embora muito já tenha sido feito, o trabalho na maior Seção Judiciária do país deverá prosseguir por meio do empenho de todos. As perspectivas para o futuro são promissoras e envolvem desde a consolidação do que já está dando certo com o programa de Gestão e Inovação até a superação dos desafios orçamentários; adaptação às novas rotinas de trabalho; avanços na área de inovação aberta; e aplicação de novas tecnologias, como a inteligência artificial e Big Data para aprimorar ainda mais a prestação dos serviços na Justiça Federal de São Paulo. ■

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 

17/01 - DEZ PESSOAS SÃO CONDENADAS POR TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS

- As condenações ocorreram na chamada Operação Beirute, deflagrada pela Polícia Federal em 2014, quando foram realizadas três apreensões de cocaína, totalizando 1,5 tonelada da droga. Somente em uma das ações, no dia 8/7/14, em Ipeúna/SP, foram apreendidos 1.180 quilos de cocaína escondidos em uma carga de pisos que teria como destino a Europa. Foi a maior apreensão da droga naquele ano em todo Brasil. 

15/01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS É SUSPensa

- Todos os atos e procedimentos relacionados à contratação da empresa DTA Engenharia (pregão eletrônico nº 27/2019), que tem por finalidade a prestação de serviços de dragagem no Porto de Santos, foram suspensos até que o pedido de liminar seja integralmente analisado. O autor do processo alega que a empresa vencedora da licitação não atendeu aos termos do edital. 

15/01 - UNIÃO TERÁ DE FORNECER MEDICAMENTO A PACIENTE COM DOENÇA DE FABRY

- Um portador da Doença de Fabry obteve na 1ª Vara Federal de Araçatuba/SP decisão judicial que obriga a União Federal a lhe fornecer o medicamento Replagal na dosagem de oito frascos por mês, enquanto perdurar o seu tratamento. O medicamento é considerado, hoje, o único capaz de combater a enfermidade, mas seu custo é alto, estimado em R\$ 60 mil para o tratamento mensal. 

18/12 - LIMINAR QUE PEDIA ANULAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL É INDEFERIDA

- A 13ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP indeferiu a liminar que pedia a suspensão da nomeação de Antônio

Augusto Brandão de Aras para o cargo de procurador-geral da República. Os autores do processo alegaram que a nomeação teria violado os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, independência funcional do Ministério Público, entre outros. 

18/12 - HABEAS CORPUS PERMITE QUE PREFEITO DE EMBU DAS ARTES RETORNE AO CARGO

- O prefeito de Embu das Artes/SP, Claudinei Alves dos Santos, obteve na 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, um habeas corpus que permitiu sua recondução ao cargo até o julgamento definitivo do processo. Claudinei dos Santos (conhecido como Ney Santos) havia sido afastado do cargo de prefeito no dia 12/12, a partir de um indiciamento feito pela Polícia Federal, sob acusação de lavagem de dinheiro entre os anos de 2014 e 2017. 

17/12 - NORMA SOBRE INTERVENÇÕES MÉDICAS SEM CONSENTIMENTO DA GESTANTE É SUSPensa

- Segundo o Ministério Público Federal, autor da ação civil pública movida contra o Conselho Federal de Medicina, a referida norma abre espaço para que a autonomia da mãe na escolha de procedimentos durante o parto seja caracterizada como abuso de direito da mulher em relação ao feto, mesmo que não haja risco iminente de morte. 

16/12 - CAIXA É CONDENADA A PAGAR R\$ 20 MIL A CLIENTE QUE FOI XINGADO POR GERENTE

- O cliente, autor da ação, tinha deixado o celular na agência bancária e, quando tentou pegá-lo de volta, o gerente se recusou a entregar o aparelho sob o argumento de que o expediente já havia terminado, que somente devolveria na segunda-feira seguinte, após o final de semana. Inconformado, o autor foi até a agência mas o gerente o ofendeu usando palavras de baixo calão na frente de outras pessoas que estavam no autoatendimento. 

16/12 - VENDEDORES AMBULANTES SÃO ABSOLVIDOS POR VENDA DE CIGARROS ESTRANGEIROS

- A 2ª Vara Federal em

Mogi das Cruzes/SP absolveu três vendedores ambulantes e extinguiu a punibilidade de outro, acusados após serem flagrados comercializando cigarros estrangeiros em barracas de rua. De acordo com a denúncia, no dia 24/2/2014, no município de Suzano/SP, policiais militares se depararam com os “camelôs”, vendendo maços de cigarro estrangeiros através de quatro barracas. 

13/12 - TRF3 ADMITE INCIDENTE DE REDUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

- A 3ª Turma do TRF3 admitiu, por unanimidade, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas instaurado pelo INSS para a readequação dos benefícios previdenciários concedidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003. A medida visa à uniformização da jurisprudência para solucionar controvérsias de processos na 3.ª Região. 

13/12 - CEPEMA ENTREGA RECURSOS PARA ENTIDADES SOCIAIS

- A Central de Penas e Medidas Alternativas repassou mais de R\$ 2 milhões a entidades beneficentes, cujos projetos sociais sem fins lucrativos foram aprovados por meio de edital. A seleção dos projetos priorizou critérios como relevância social; viabilidade de implementação; recebimento de prestadores de serviço à comunidade; apoio às pessoas em cumprimento de pena e assistência às vítimas de crimes. 

11/12 - AUDIÊNCIA MANTÉM EM SÃO PAULO TRABALHO DE IDENTIFICAÇÃO DAS OSSADAS DE PERUS

- A proposta da União de transferência dos trabalhos de identificação das ossadas do cemitério de Perus para o Instituto de Pesquisa de DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal, em Brasília, foi rejeitada em audiência de conciliação, realizada, no dia 9 de dezembro, pelo Gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL REGULAMENTADA

Em setembro de 2019, a Diretoria do Foro da Justiça Federal em São Paulo publicou a Portaria nº 48, que consolidou as ações referentes à comunicação institucional do órgão. O normativo disciplinou os fluxos de trabalho referentes aos comunicados, notícias, assessoria de imprensa, campanhas e as informações que são publicadas na intranet e internet.

O objetivo da Portaria foi consolidar antigas ordens de serviço e promover uma política de comunicação de longo prazo, com base na pesquisa realizada em 2018. Além disso, o ato permite uma disseminação mais efetiva das informações por meio da utilização das mídias e canais oficiais da instituição e do suporte aos gestores em todo estado.

“O objetivo da Portaria foi criar uma política sólida de longo prazo para temas referentes à comunicação social, ou seja, que disciplina como devem ser os fluxos de comunicação interna e externa visando melhorar a integração entre as diversas regiões do estado, promovendo a transparência das ações da Justiça Federal. Além disso, o novo ato uniu antigas ordens de serviço, o que permitiu também atualizar o teor desses atos”, disse o diretor do Núcleo de Comunicação Social (NUCS), Hélio C. Martins Júnior.

Para a elaboração da Portaria, foram levadas em consideração três grandes pesquisas sobre a comunicação institucional realizadas no segundo semestre de 2018, que avaliaram o grau de satisfação dos magistrados e servidores sobre o assunto. Ao todo, 33 magistrados e 582 servidores da Seção Judiciária



de São Paulo participaram das pesquisas, que possibilitaram apurar quais são os canais mais bem avaliados e quais precisam ser aprimorados ou modificados.

O levantamento demonstrou a necessidade de mudanças substanciais na forma e no conteúdo das informações que são transmitidas pela Administração aos servidores e magistrados, com destaque para a necessidade de mais clareza nas informações, facilitação no acesso, objetividade, simplificação das mensagens, modernização dos produtos, criação de novos layouts, diversificação dos temas abordados e engajamento dos diferentes públicos.

“A pesquisa de comunicação foi fundamental para a construção desse novo ato. Por meio da análise de dados e respostas livres dos usuários, verificamos quais são os gargalos específicos de comunicação. Além disso, foi possível identificar outros pontos importantes que interferem na comunicação como, por exemplo, questões que envolvem

tecnologia, relações interpessoais, de gestão, políticas internas e cultura organizacional”, afirmou o diretor do NUCS.

Principais tópicos da Portaria

Com a finalidade de integrar as diversas informações que são geradas pelas áreas-meio (setores administrativos) e áreas-fim (varas e gabinetes), a Portaria nº 48/2019 definiu, de um lado, as atribuições do Núcleo de Comunicação Social e, de outro, dos gestores administrativos que têm a responsabilidade de auxiliar na divulgação das informações.

Ao NUCS compete, por exemplo, prestar consultoria aos gestores e analisar comunicados e fluxos de comunicação para melhoria da ação, sempre priorizando a linguagem objetiva e o público a que se destina a informação (art. 4º). Já os gestores das áreas meio e fim deverão compartilhar informações, comunicados, notícias e campanhas enviadas pelo NUCS com as suas equipes, que cheguem até seu conhecimento pelas mídias ou canais oficiais (art. 5º).

A Portaria também define os critérios para o atendimento das solicitações que chegam da imprensa, bem como a intermediação com os veículos de comunicação e a divulgação de decisões judiciais de interesse público. ■

Para mais informações sobre os trabalhos que são realizados pelo Núcleo de Comunicação Social e todos os atos normativos relacionados ao tema, acesse a página:

<http://intranet.jfsp.jus.br/adm-nucs/>

POLO REGIONAL V

Encerrando a série de matérias sobre os polos regionais da Seção Judiciária de São Paulo, esta edição apresenta o Polo Regional V. Composto pelas Subseções de Assis, Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú, Lins, Marília e Ourinhos, o Polo Regional V tem o juiz federal Marcelo Freiberg Zandavali, da 2ª Vara Federal de Bauru/SP, como seu representante nas reuniões do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip), que ocorrem regularmente na Diretoria do Foro.

Os fóruns do Polo V, localizados na região centro-sudoeste do estado, são responsáveis pelo processamento de 64.549 ações judiciais (jan/2020), com-

preendendo uma população aproximada de 1,2 milhão de pessoas. Somente em Bauru, cidade com a maior população do Polo Regional (350 mil), tramitam 21.787 processos

“Os Polos Regionais permitiram, nos últimos anos, maior participação das subseções na elaboração do orçamento, atuando como facilitadores. Garantem, ainda, que as medidas administrativas da direção sejam bem implementadas, pois seus objetivos são conhecidos com maior profundidade, dentro do Congip. Além disso, permitem que se tenha um melhor feedback - estão mais próximos de cada fórum - e incrementam a transparência nas tomadas de decisão”, disse Marcelo Zandavali.

Na opinião do magistrado, as reuniões do Congip são o momento chave para a apresentação e discussão das medidas a serem adotadas pela Diretoria do Foro. “Entendo que ainda estamos em uma fase de consolidação dos trabalhos. Mais adiante, veremos sua capacidade plena de colaboração com a administração da Justiça Federal em São Paulo. No atual estágio, vejo como um dos desafios incrementar o papel de disseminador da informação entre a Diretoria do Foro e as unidades que compõem cada Polo”.

As necessidades das Subseções que compõem o Polo V não são diferentes das demais subseções da 3ª Região, mas os limites orçamentários põem em destaque a questão dos aluguéis de prédios como o de Bauru, “onde já há análise sobre alternativas para a redução destes gastos, seja com o aluguel de novo local ou com a aquisição de prédio próprio”, conclui o juiz. ■

AÇÕES JUDICIAIS				
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos (PJe)	Processos nos JEF's	Total
Polo Regional V	13.899	29.177	21.373	64.549(4,84%)
SJSP	295.457	717.686	320.800	1.333.943 (100%)

Polo Regional V			
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	1.888	10.243	12.131
Criminal	2.486	543	3.029
Fiscal/Tributário	8.238	12.829	21.067
Previdenciária	1.287	5.662	6.949
Juizados	0	21.373	21.373
TOTAL	13.899	50.650	64.549

Seção Judiciária de São Paulo			
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	27.600	201.752	229.352
Criminal	24.033	21.023	45.056
Fiscal/Tributário	229.143	351.480	580.056
Previdenciária	14.681	143.431	580.623
Juizados	0	320.800	320.800
TOTAL	295.457	1.038.486	1.333.943

PERFIL REGIONAL					
	População (estimada 2019)	População (censo 2010)	Salário médio (2017)	IDH (2010)	Saneamento Básico (2010)
Assis	104.386	95.144	2,5 salários mín.	0,805	98,0%
Avaré	90.655	82.934	2,2 salários mín.	0,767	95,6%
Bauru	376.818	343.937	2,8 salários mín.	0,801	98,2%
Jaú	150.252	131.040	2,2 salários mín.	0,778	98,4%
Lins	78.013	71.432	2,5 salários mín.	0,786	98,4%
Marília	113.542	103.035	2,3 salários mín.	0,778	96,5%
TOTAL:	1.299.045	1.171.595	2,5 salários mín.	0,789	97,2%

Fontes:

Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE/TRF3 (jan/2020)

Núcleo de Apoio Judiciário - NUAJ/SJSP (jan/2020)

Coordenadoria dos JEF's 3ª Região/GACO (jan/2020)

IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br>

USINAS FOTOVOLTAICAS: GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA

Uma fonte de energia limpa, renovável e abundante. Essas são as principais vantagens na utilização da energia solar para a produção de eletricidade. No Brasil, o mercado de energia fotovoltaica teve crescimento recorde nos últimos dois anos e poderá movimentar cerca de U\$ 100 bilhões até o ano de 2040. O país possui uma das melhores condições no mundo para a geração fotovoltaica (no local menos ensolarado do Brasil é possível gerar mais eletricidade solar do que o local mais ensolarado da Alemanha (Atlas Brasileiro de Energia Solar).

As usinas de energia solar fotovoltaicas surgem como uma opção para amenizar crises do setor elétrico, como constantes secas, aumento de tarifas e da demanda por diversificação da matriz energética no país. As usinas são formadas por um complexo de módulos fotovoltaicos (placas solares) com capacidade de gerar energia elétrica através da luz do sol e também são conhecidas como parques ou fazendas solares, onde a energia é gerada em altas voltagens para fins de distribuição.

Desde de 2012, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 482/2012, permite que os consumidores gerem energia elétrica a partir de fontes renováveis. O excedente é fornecido à rede de distribuição de sua localidade na modalidade chamada “geração distribuída” em regime de compensação.

Estrategicamente alinhada ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e ao manual de sustentabilidade energética, a Justiça Federal de São Paulo vem atuando no sentido de utilizar a energia fotovoltaica através da implantação de usinas próprias,



Placas fotovoltaicas no Fórum de Barueri

gerando créditos de energia elétrica junto às concessionárias e consequentemente a economia de recursos financeiros.

Fórum de Barueri

Em 2018 os estudos técnicos realizados dentro do projeto de implantação de usinas fotovoltaicas da SJSP definiram o Fórum de Barueri para ser o primeiro a receber a instalação. No fechamento desta matéria (janeiro/2020) as obras estavam em fase de conclusão.

“O sistema da usina é composto de três conjuntos de geradores solares, já instalados, com potência de 50 kW cada. A execução da conexão do sistema à rede interna está sendo feita, e essa, por sua vez, será ligada à rede pública. A montagem do sistema de monitoramento online também está sendo feita”, disse o supervisor da Seção de Engenharia Elétrica (SUEG), Gustavo Cambraia de Oliveira que coordena os trabalhos.

A conexão do sistema à rede depende da aprovação final da concessionária ENEL. Após a aprovação e a vistoria final, haverá a instalação de um medidor de energia bidirecional que medirá, tanto a energia consumida, quanto a energia gerada e “injetada” na rede da concessionária. A previsão é de que a inauguração da

usina ocorra no primeiro semestre desse ano. Após o início da operação, estima-se a geração anual de 18.000 kWh o que deve trazer uma economia da ordem de R\$ 110 mil, cerca de 75% do gasto anual do Fórum com energia elétrica.

Nos últimos dois anos a JFSP investiu cerca de R\$ 1,3 milhão com a aquisição de placas fotovoltaicas (R\$ 705.564,09); na contratação de laudos estruturais para a futura instalação de placas fotovoltaicas em Fóruns Federais (R\$ 57.399,88); e na instalação do sistema de geração de energia solar no Fórum Barueri (R\$ 614.444,39).

Estudos para a implantação de usinas fotovoltaicas em outros fóruns já estão em andamento. Aqueles em fase mais adiantada são os de Presidente Prudente e Assis. Existe também um estudo preliminar para a instalação de uma usina de grande porte (1MW), no município de Jundiá. Ela seria construída na modalidade de geração remota e produziria energia para compensar todo o consumo dos fóruns instalados na área de concessão da empresa Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga), no caso, os Fóruns de Santos, São Vicente, Sorocaba e Jundiá. ■

GASTRONOMIA MOLECULAR

Desde que o homem aprendeu a usar o fogo para cozinhar o alimento, a culinária passou por inúmeras mudanças. Foi no reinado de Luís XIV, na França, que surgiram regras definindo o “bom gosto” no quesito comida. Mais de trezentos anos depois, a arte da culinária ganharia um reforço vindo dos laboratórios científicos: trata-se da gastronomia molecular.

A técnica (ou ciência) utiliza métodos industriais, como por exemplo processos químicos e físicos, dentro da culinária. A expressão foi criada em 1988 pelo físico húngaro Nicholas Kurti e pelo químico Hervé This, e desde então passou a ser utilizada com mais frequência.

O objetivo é a produção de alimentos com o maior aproveitamento possível dos insumos, seja através do sabor, aparência ou cheiro. Atualmente muitos restaurantes conceituados utilizam a gastronomia molecular para compor seus pratos, onde todos os paladares humanos devem estar presentes.

A principal característica dessa vertente são os componentes químicos adicionados em pequena escala que provocam alterações na forma e na textura da comida. A ideia é mudar a percepção e as sensações ao provar um alimento com o qual estamos acostumados: por exemplo, azeitona em pó ou manga em forma de espaguete.

Algumas das iguarias da gastronomia molecular incluem sabores como metade de salmão e metade tilápia; imitação das ovas de caviar; merengue instantâneo e até azeitonas líquidas. As técnicas para a composição dos alimentos podem incluir o uso de produtos como o nitrogênio líquido, por exemplo.

A gastronomia molecular teve seu apogeu no início dos anos 2000 graças a renomados chefs mundiais como o espanhol Ferran Adrià e o britânico Heston Blumenthal, que já receberam 3 estrelas Michelin (vide box).

Dentre as técnicas mais conhecidas, destacam-se:

- **Congelamento por nitrogênio:** aplicando o nitrogênio líquido a uma temperatura de -196°C , é possível esfriar e até congelar rapidamente o alimento. Esse é o caso do sorvete de caipirinha, oferecido em alguns estabelecimentos brasileiros.
- **Controle de viscosidade:** é a técnica para elaborar géis ou novas texturas. Para isso, deve-se usar substâncias como gelificantes e estabilizantes. As mais comuns são o agár-agár, extraído de diversos tipos de algas vermelhas, e a goma-xantana, produzida por bactérias e purificada industrialmente. São apreciadas pelos chefs porque não alteram o sabor do alimento.
- **Esterificação:** é a transformação de um determinado líquido em uma esfera “sólida” através da mistura com alginato de sódio ou cloreto de só-

dio. Altera a estrutura do alimento, transformando-o em pequenas bolinhas. Por exemplo, pode-se criar o chamado “falso caviar” utilizando-se suco de uva.

- **Criação de espumas:** para criá-las, o suco ou molho é misturado com substâncias tensoativas (que alteram a superfície de contato de um líquido) e aí recebe gás incorporado, como numa batedeira, num processo chamado emulsão. Com um sifão, o chef insere gás nitrogênio armazenado em cápsulas para a formação das bolhas.
- **Utilização de enzimas:** alguns restaurantes fazem uso de enzimas para melhorar a textura da carne. É o caso das enzimas proteolíticas, como bromelina, ficina e papaína. Obtidas através das plantas, são muito usadas na indústria alimentícia para o amaciamento da carne.

Devido ao elevado custo na aquisição e manutenção dos equipamentos, que são semelhantes aos utilizados em laboratório, somado à contratação de mão de obra especializada, a gastronomia molecular tem perdido espaço nos restaurantes. ■

GUIA MICHELIN

O Guia Michelin é um livro criado em 1900 pelo fabricante de pneus, o francês André Michelin, que tinha como objetivo inicial incentivar as pessoas a viajarem com seus veículos, aumentando assim as vendas de sua indústria. Hoje é considerado “a bíblia da gastronomia”, sendo o principal indicador de restaurantes ao redor do mundo, com classificações que vão de uma a três estrelas. Desde sua criação, as avaliações dos estabelecimentos são feitas por inspetores de forma anônima, para garantir que a experiência seja a mesma à de qualquer cliente.

EVENTOS E CULTURA



BACKSTREET BOYS

O grupo americano está de volta para mais uma passagem pelo Brasil. Em São Paulo, o show ocorrerá no dia 15 de março, no Allianz Parque. Formada em Orlando/EUA em 1993, o quinteto explodiu ainda no início virando uma febre mundial entre os adolescentes. Na passagem pelo país serão apresentadas músicas do seu novo álbum “DNA”, além dos clássicos. Allianz Parque, Av. Francisco Matarazzo, 1705 - São Paulo. Ingressos de R\$ 290 a R\$ 770. 



MAROON 5

A banda Maroon 5 se apresenta em São Paulo no dia 1º de março, também no Allianz Parque. Vencedora três vezes do GRAMMY Awards, a banda encontra-se em atividade desde 2001, tendo produzido diversos hits de sucesso como “Animals”, “Misery” e “Sugar”. A recém-lançada “Memories”, top 40 da Billboard, também será tocada no show. Allianz Parque, Av. Francisco Matarazzo, 1705 - São Paulo. Ingressos de R\$ 290 a R\$ 680. 



MURAKAMI POR MURAKAMI

O Instituto Tomie Ohtake sedia desde 4 de dezembro de 2019 uma mostra do artista pop japonês Takashi Murakami. Seu trabalho abrange pinturas, animes, cosplays, grafites e mídias digitais. A exposição conta com 35 obras, entre painéis, vídeos e animações. Os ingressos podem ser adquiridos online. Até 15 de março. Instituto Tomie Ohtake, Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, Pinheiros - São Paulo. Ingressos a partir de R\$ 12. 



THERMAS DOS LARANJAIS

Localizado na cidade de Olímpia, distante 435km da capital e a 30 minutos do aeroporto da cidade de São José do Rio Preto/SP, é um complexo turístico com 260 mil m². São mais de 50 atrações como piscinas de onda, surf, hidroterapia, montanha russa aquática, além de tobogãs radicais e um parque infantil - Av. do Folclore, 1543, Jardim Santa Efigênia, Olímpia/SP. Ingressos apenas para o parque variam de R\$ 90 a R\$ 130, de acordo com o dia da semana e feriados. Ingressos oficiais: 



CARMINA BURANA

A Orquestra Acadêmica de São Paulo e o Coral da Cidade de São Paulo, sob a regência de Luciano Camargo, apresentam a cantata cênica Carmina Burana, no Teatro Bradesco, em cinco datas entre fevereiro e março. A obra de Carl Orff terá como solistas Sebastião Teixeira, Jéssica Leão e Jabez Lima. O 1º ato da ópera “Édipo Rei”, de autoria do maestro, também será apresentado na abertura. Dias 26, 27, 28 e 29/2 e 1/3, às 21h. Teatro Bradesco, Rua Palestra Itália, nº 500. Bourbon Shopping, Loja 263 - São Paulo. Ingressos a partir de R\$ 30. Ingressos oficiais: 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES



O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

Assunto: jurídico

Autora: Anna Lúcia Malerbi De Castro

A obra analisa o sistema tributário nacional sob o prisma da estrutura principiológica adotada pela Constituição de 1988, com enfoque nos direitos fundamentais, notadamente o da dignidade da pessoa humana, assunto que ganha espaço importante no cenário jurídico brasileiro. Através de reflexões sobre os princípios da dignidade da pessoa humana, a obra enfatiza que, na seara do direito tributário, a garantia do mínimo existencial é vertente direta e concreta da realidade humana. A autora é bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Atua como diretora da Divisão de Recursos Extraordinários, de Pedido de Uniformização e da Turma Regional de Uniformização do TRF 3ª Região.



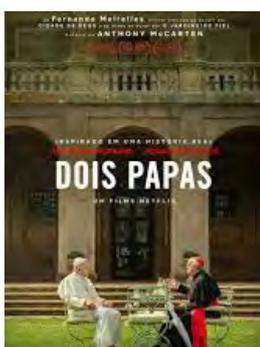
LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA ANOTADA – VOL. 1 E 2

Assunto: jurídico

Autores: Alexandre J. Carneiro da Cunha Filho, Roberto Ricomini Piccelli e Renata Mota Maciel

A obra aborda a edição da Lei nº 13.874 de 20/09/19, disposto sobre a liberdade econômica. Percebe-se que o principal desiderato da lei foi o de intensificar a liberdade de iniciativa, impondo limites à intervenção do Estado na economia. O conteúdo abordado é relevante para o preenchimento de uma lacuna normativa relativa à matéria tratada na lei. “Houve um ganho em termos de segurança jurídica ou, pelo menos, uma redução da insegurança jurídica, na medida em que, nas remissões, são apontadas as normas que permitem ou complementam o entendimento”, opina Adilson Dalari, professor, jurista e advogado.

HOME VÍDEO



DOIS PAPAS
DIREÇÃO: Fernando Meirelles
ELENCO: Anthony Hopkins, Jonathan Pryce, Juan Minujin
NACIONALIDADES: Reino Unido, Itália, Argentina, EUA

Buenos Aires, 2012. O cardeal argentino Jorge Bergoglio (Jonathan Pryce) está decidido a pedir sua aposentadoria, devido a divergências sobre a forma como o papa Bento XVI (Anthony Hopkins) tem conduzido a Igreja. Com a passagem já comprada para Roma, ele é surpreendido com o convite do próprio papa para visitá-lo. Ao chegar, eles iniciam uma longa conversa onde debatem não só os rumos do catolicismo, mas também afeições e peculiaridades da personalidade de cada um.

CINEMA



1917
Direção: Sam Mendes
Elenco: George MacKay, Dean-Charles Chapman, Mark Strong
Nacionalidades: Reino Unido, EUA

Os cabos Schofield (George MacKay) e Blake (Dean-Charles Chapman) são jovens soldados britânicos durante a Primeira Guerra Mundial. Eles são encarregados de uma missão aparentemente impossível, os dois precisam atravessar território inimigo, lutando contra o tempo, para entregar uma mensagem que pode salvar seus colegas de batalhão.



WEB RÁDIO EM TEMPO

MÚSICA E INFORMAÇÃO

ACESSE

intranet.jfsp.jus.br/webradio/